



À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ - RJ

Edital de Concorrência Pública nº 02/2023

UP SOLUÇÕES LTDA. - ME, licitante já qualificada neste certame, inscrita no CNPJ sob o nº 08.723.878/0001-67, com endereço nesta cidade na Avenida Franklin Roosevelt, nº 23, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20.021-120, vem, através da presente, apresentar **recurso** às notas atribuídas na 9ª ata de realização da concorrência pública em referência, conforme fatos e fundamentos que a seguir expõe:

I – BREVE SÍNTESE

1. O Edital de Concorrência Pública nº 02/2023 tem como objeto a "*a contratação de prestação de serviço de produção audiovisual, para a execução de programas jornalísticos e culturais serem veiculados em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais para a Prefeitura de Maricá*".
2. A modalidade escolhida foi a Concorrência Pública, sob o regime de empreitada por preço unitário, sendo julgada pelo critério "*Técnica e Preço*".
3. O valor orçado para a realização do projeto é de R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).
4. Ultrapassada a fase de habilitação e concluída a análise das propostas técnicas, iniciou-se o julgamento das propostas de preço, cujas notas foram assim distribuídas:

EMPRESA	VALOR	NOTA
Lira Filmes Produções Ltda.	R\$ 3.174.136,08	85
Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda - COOPAS	R\$ 4.416.260,00	61
Parteners Comunicação Integrada Ltda.	R\$ 2.850.879,28	94
UP Soluções Ltda.	R\$ 2.683.180,50	100

5. Ocorre que COOPAS e a empresa Lira Filmes devem ser inabilitadas, pelos fatos e fundamentos que serão adiante demonstrados.

II – DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA LIRA FILMES

6. Analisando a proposta de preço da empresa Lira Filmes, verifica-se que esta apresentou o valor unitário do item 5 acima do permitido pelo Edital do certame.

7. Tal fato, inclusive, foi reconhecido pela Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Sra. Thatia Correa Schmildt, que consignou al informação em ata.

8. Em casos como este, ainda que o preço global seja o referencial adotado para julgamento, deve a licitada desclassificar a empresa Lira Filmes, uma vez que apresentou proposta que com oferta de preços unitários superiores aos limitados pela Administração.

9. Nos termos do artigo 40, X da Lei 8.666/1993, é critério de avaliação os preços máximos unitários previstos no edital do certame, veja-se:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - **o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global**, conforme o caso, **permitida a fixação de preços máximos** e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

10. Necessário destacar que, em casos de licitação do tipo melhor técnica ou técnica e preço, a limitação de valor máximo não é faculdade da administração, mas sim imposição legislativa, conforme inteligência do §1º do artigo 46 da Lei 8.666/1993, combinado com seu *caput*.

11. Portanto, em defesa ao princípio da legalidade e da eficiência, uma vez que a referida empresa apresenta preço unitário maior que o limitado pela Administração, esta deve ser desclassificada do certame.

12. Observa-se que **esta é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que, em outra oportunidade, decidiu pela legalidade do procedimento que**

desclassificou licitante que descumpriu exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário, veja-se:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREÇO MÁXIMO. UNITÁRIO. DESCLASSIFICAÇÃO.

1. Legalidade da desclassificação de licitante que descumpra exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário.

Inteligência do artigo 50, X, da Lei de Licitações.

2. Recurso especial provido.

(REsp n. 651.395/SC, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 18/5/2006, DJ de 30/5/2006, p. 136.)

13. Assim, a manutenção da Lira Filmes no certame se mostra posicionamento contrário ao que dispõe o edital do certame, a Lei 8.666/1993 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

14. Julga-se importante a manutenção da adoção dos referenciais unitários a fim de evitar o denominado “jogo de planilhas”, expediente pelo qual se procura aumentar o quantitativo de itens superavaliados ou a redução/supressão de itens subavaliados.

15. Tanto é assim que, a partir de 2003, o Congresso Nacional incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) limite máximo a ser utilizado para os preços unitários a serem contratados pela União para as obras públicas.

16. Sobre a inovação, Campiteli¹ afirma que:

Na primeira edição do normativo, permitia-se à União a contratação de obras públicas com preços unitários até 30% acima da mediana dos custos unitários do Sinapi. Porém, nas edições posteriores, esse limite diminuiu para 0%, ou seja, a União não pode contratar com preços unitários acima da mediana do Sinapi.

17. Em outras palavras, com a nova orientação, deixou-se de permitir a oferta de preços unitários acima dos preços estipulados pela Administração.

18. Portanto, vê-se claro alinhamento entre a doutrina jurídica, a jurisprudência do STJ e a legislação vigente, todas no sentido de desclassificar a proposta que oferta preço unitário maior que o limitado pela Administração, motivo pelo qual requer-se a desclassificação da empresa Lira Filmes.

¹ CAMPITELI, M. V. Medidas para evitar o superfaturamento decorrente dos “jogos de planilha” em obras públicas. Dissertação (Mestrado em Estruturas e Construção Civil). UnB, DF, 2006, p. 71.

III – DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA COOPAS

19. Analisando a proposta de preço da empresa COOPAS, verifica-se que esta ofertou valor global que excede em muito o limite previsto no edital do certame.

20. Tal fato, inclusive, foi reconhecido pela Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitação desta Municipalidade, Sra. Thatia Correa Schmildt, que consignou tal informação em ata.

21. Ora, a partir do momento em que a Administração insere no edital como critério de aceitabilidade de propostas o valor máximo orçado, este funciona como vetor de desclassificação de propostas, portanto, qualquer proposta que possua valor acima do previamente estipulado, deve ser desclassificada automaticamente.

22. No que tange às licitações do tipo “melhor técnica”, a legislação previu a obrigatoriedade da fixação do valor máximo, consoante o disposto no art. 46, § 1º, da Lei 8.666/93.

23. Diversos são os precedentes do Tribunal de Contas da União que expressam o entendimento da Corte no sentido de verificar como obrigatório a disposição em edital do valor máximo, dentre eles:

Acórdão 1090/2007 – TCU – Plenário: O estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, ao contrário do que sugere a interpretação literal da lei, é obrigação do gestor e não sua faculdade, uma vez que o limite constitui fator ordenador da licitação, ao evitar a disparidade exagerada dos preços unitários e global constantes das propostas, predispondo a contratação futura a alterações indevidas.

“...consoante vem se firmando na jurisprudência desta Casa, o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, é, na verdade, um poder-dever do gestor e não uma mera faculdade conferida pela lei, mesmo nas licitações por preço global (Acórdão 1090/2007-Plenário, Acórdão 2555/2009 – Plenário e Acórdão 206/2007-Plenário)

24. Não havendo dúvidas quanto a obrigatoriedade da fixação do valor máximo pela Administração, entende-se que tal importância é aquela apontada como orçada pelo instrumento convocatório.

25. Analisando o Edital do certame, vê-se que o valor teto fixado pela Municipalidade através da cláusula 6.2 do instrumento convocatório foi de R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

26. No entanto, a COOPAS apresentou proposta orçamentária cujo valor global corresponde a R\$4.416.260,00 (quatro milhões quatrocentos e dezesseis mil duzentos e sessenta reais), ou seja, mais de 30% acima do valor estimado pelo Edital.

27. Assim, inescapável o pronunciamento de desclassificação da COOPAS, haja vista o disposto no artigo 48, II da Lei 8.666/1993, ao prever que:

Art. 48. **Serão desclassificadas:**

[...]

II - **propostas com valor global superior ao limite estabelecido** ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

28. Portanto, uma vez que a COOPAS apresentou proposta de preço com valor global superior ao limite definido pelo instrumento convocatório, deve esta licitante ser desclassificada, nos termos da norma legal supracitada.

IV - CONCLUSÃO

29. Sendo assim, pugna-se pelo reconhecimento das teses aqui apresentadas, com a consequente desclassificação das empresas Lira Filmes e COOPAS

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2023.

UP SOLUÇÕES LTDA. - ME